

MEDIAÇÕES

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

 10.5433/2176-6665.2025v30e51646p1

PARECER 1

Andrea Lorena Butto Zarzar 

Universidade Federal Rural de Pernambuco
(PPGCS/UFRPE, Recife, PE, Brasil)
andrea.zarzar@ufrpe.br

Dados do artigo avaliado:

SOBREIRA, Dayane Nascimento; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Feminismos rurais: debates e diálogos em torno de um conceito. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 30, p. 1-17, 2025. DOI: 10.5433/2176-6665.2025v30e51646. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/51646>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Correspondência com as autorias:

Dayane Nascimento Sobreira 

Universidade Federal de Campina Grande
(PPGH/UFCG, Campina Grande, PB, Brasil)
dayanesobreira26@gmail.com

Michelly Pereira de Sousa Cordão 

Universidade Federal de Campina Grande
(PPGH/UFCG, Campina Grande, PB, Brasil)
michelly.pereira@professor.ufcg.edu.br

Completo em: 2025-01-28 04:57 PM
Recomendação: Correções obrigatórias

1. O assunto tratado no artigo é relevante para as Ciências Sociais?

Sim. Tema atual na teoria feminista e nas ciências sociais de modo particular.

2. O artigo é redigido de forma clara e consistente?

Sim, mas necessita de ajustes indicados no corpo do texto (cf. documento abaixo)

3. Há uma introdução na qual sejam apresentados claramente o objetivo e a justificativa do trabalho?

Parcialmente. A introdução é genérica, necessita de maior detalhamento já que além da revisão teórica há pesquisa de campo não explicitada, mas incluída na análise.

4. O trabalho apresenta contribuições teóricas inovadoras?

Sim, há reflexões importantes da autora que resultam da pesquisa bibliográfica, mas também de momento de imersão em campo.

5. O trabalho apresenta contribuições empíricas ou metodológicas inovadoras?

Sim. há participação em atividades formativas de reflexão sobre o tema que a autora analisa, apesar da inovação necessitam ser explicitadas no artigo.

6. As interpretações e conclusões estão demonstradas (de forma clara e satisfatória)?

Sim e são coerentes com a literatura de apoio para sua argumentação.

7. O resumo e as palavras-chave expressam bem o artigo?

As palavras-chave, sim. O resumo necessita complementações, já que não menciona o trabalho de campo.

8. Há necessidade de modificação para tornar o artigo mais adequado à publicação?

(Se houver, explice-as no quadro abaixo, expondo as razões para tanto. Pedimos que, caso julgue que o artigo precisa de correções, leve em consideração em sua decisão que Mediações não publica artigos cujas versões finais contem com mais de 66.000 caracteres com espaços.)

Sim, mas há necessidade de complementar algumas frases, referências bibliográficas, tomar mais direta a redação e apoiar algumas argumentações na literatura especializada. O tamanho do artigo está adequado às exigências da revista.

9. Parecer quanto à publicação do artigo:

- Aceitar
- X Aceitar desde que observadas as correções obrigatórias**
- Rejeitar

10. Caso a decisão seja por correções obrigatórias, você deseja revisar a versão corrigida?

- X Sim**
- Não

11. Mediações incentiva e facilita a pareceristas a atuação segundo os princípios da avaliação informada (Ciência Aberta, SciELO, etc), que prevê, entre outras coisas, o diálogo entre autorias e pareceristas identificadas. Você deseja que esta avaliação seja aberta à(s) autoria(s) ainda no curso da avaliação, quando do primeiro envio dos pareceres?

- X Sim**
- Não

12. Você deseja ter seu nome publicizado como parecerista ao final do texto do artigo, caso o artigo venha a ser aprovado e publicado?

- X Sim**
- Não

13. Os pareceres constituem um novo tipo de literatura na metodologia SciELO e recebem tratamento similar aos artigos de pesquisa. Você autoriza *Mediações* a disponibilizar o texto ou trechos do texto de seu parecer?

- X Sim**
- Não

Feminismos rurais: debates e diálogos em torno de um conceito

[Parecer 1: Trechos do documento com revisões inserido no sistema e disponibilizado às autorias]

O caráter urbanocêntrico e colonial dos feminismos

Por vezes reproduzimos expressões como “as mulheres foram/vão às ruas” para nos referirmos às mobilizações e lutas femininas no presente e ao longo da história. Temos, contudo, refletido sobre a *urbanocentricidade* de frases “dadas” como essa que parece, ainda, reproduzir a lógica de um feminismo uno que jamais existiu, ao menos em sua prática.

Em crítica ao que chama de feminismo civilizatório (branco, liberal, europeu), Françoise Vergès (2020), elucida que (ainda) não foi feita uma revisão crítica da história das lutas feministas, em que a Europa aparece no centro, tendo estabelecido um modelo único das lutas das mulheres. A autora adota uma postura até certo ponto radical e problematiza aspectos como a influência/tendência desenvolvimentista no feminismo, que por vezes usou a seu favor a manutenção de um sistema de exploração racial, colonial. Faz uma crítica contundente à genealogia da história do movimento ao mesmo tempo em que propõe um revisionismo que inclui as mulheres do Sul global e suas pautas. Diante de uma economia de esgotamento dos corpos (negros), cuja lógica em que se está inserida, a do capital, produz trabalhos invisíveis e vidas descartáveis; nos diz que o feminismo se tornou parte do arsenal da direita neoliberal, na qual a falsa inocência do feminismo branco se revela e cuja noção de liberdade se impôs.

Concordamos com a autora que esse feminismo se alimentou de representações orientalistas para se firmar. Se expandirmos a noção proposta por Edward Said na década de 1970, para além das relações e construções simbólicas, imagéticas e discursivas do Ocidente sobre o Oriente, observamos que essas representações? a lógica se foram reproduzidas para hierarquizar ou destacar quem é feminista e quem não é, lugar quase sagrado que foi reservado historicamente às mulheres brancas, ricas, (de classe média) escolarizadas – e das cidades grandes, a feminista histórica por excelência. Para criar, portanto, um sujeito mulher universal.

Para Vergès (2020, p. 85), “há uma colonialidade inerente a uma sororidade” e um patriarcado que não quer se livrar dos seus benefícios, que construiu um modelo de mulher – e de luta – em oposição a uma feminilidade “degenerada”. Nesse sentido, e coadunando com Lorena Cabral (2016/2017 apud Korol 2021), feminista comunitária guatemalteca, o feminismo também é colonial.

Inserido e constituído num sistema cujas bases nos leva a pensar o modo como o mundo fora colonizado dentro de um modelo “europeu-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal” (Grosfoguel, 2008 apud Ballestrin, 2013, p. 102), esse feminismo insiste em não falar sobre o peso das estruturas sobre si e relega aos feminismos “outros” essa missão.

Muitas têm sido as contribuições e críticas epistemológicas *desde abaixo*, de mulheres negras, indígenas, periféricas, sertanejas, comunitárias, do campo, sinalizando para o quanto esse feminismo civilizatório, amalgamado na história, não lhes inclui. E elas propõem outras, novas formas de ver e viver a partir de seus corpos-

Comentado [A1]: Sugiro iniciar sem título, seguir com o problema apresentado e seguir com anúncio dos objetivos e metodologia adotada e resultados que serão apresentados

Comentado [A2]: Aqui antes de iniciar o parágrafo na forma atual indicar que a problematização do feminismo é parte da agenda recente de pesquisa na teoria feminista tal como realizado pelo feminismo em suas interpretações pós-modernas e em especial o feminismo decolonial entre outros.

Comentado [A3]: O que se segue a partir da referência a essa afirmação está mais focada no racismo e sem uma conexão mais enfática com o desenvolvimentismo. Sugiro argumentar melhor para evidenciar de forma direta o que se afirma

Comentado [A4]: Rever redação para uma linguagem mais direta

Comentado [A5]: Segmento responsável pela criação..

Comentado [A6]: E que foi responsável pela...

Comentado [A7]: Recomenda-se citar diretamente as autoras

Comentado [A8]: Vc se refere a quais estruturas, referência vaga aqui

Comentado [A9]: Sugiro substituir para o quanto por: que

territórios, noção que nos revela impossível a dissociação corpo-individual e corpo-coletivo; uma ideia-força, portanto, uma imagem-conceito (Gago, 2022).

A força e a potência dessas mulheres são impressas num contexto que convidanos à descolonização de um feminismo, cuja força motriz é a despatriarcalização, embora tenha recaído em alguns perigos no curso da história, especialmente ao se beneficiar das benesses da branquitude e de uma economia política do conhecimento (Cusicanqui, 2022) ao se tornar canônico.

Fato é que sempre falaram por nós. Pensemos que durante muito tempo às mulheres era proibido o lugar da autoria, suas produções e escritos deveriam ser assinados com um pseudônimo masculino. Isso sem recuar tanto na escala temporal, sem mencionar a objetificação a que fomos submetidas no contexto de colonização – e ainda somos.

Os casos de violência contra o feminino não cessam, apesar de tudo. Durante muito tempo também não pudemos votar, ou mesmo acessar a educação formal. Durante muito tempo ainda, para o caso das mulheres trabalhadoras rurais, não tinham sequer documentos pessoais que lhes outorgassem o lugar de cidadãs.

Para tanto, recentemente presenciamos (e protagonizamos) uma verdadeira "virada epistêmica" (Veiga, 2020), ao disputarmos também as narrativas de produção do conhecimento. Com o acesso de grupos historicamente marginalizados aos bancos das universidades e a própria difusão da Internet, já não aceitamos que falem de nós em terceira pessoa. Falamos de si e fagocitamos olhares exógenos, cujas teorias pouco alcançam o universo da prática ou veem de cima para baixo, do Norte ao Sul global, pouco articuladas com as realidades vividas.

Foi o que observamos, por exemplo, na pesquisa bibliográfica realizada. (...) Narrando a vida de outras, ou das suas próprias, essas mulheres costuram uma epistemologia própria, já não deixam os outros falarem por elas e falam a partir de seu posicionamento no mundo, trazendo elementos deste. Isso na História, na Psicologia, na Educação ou mesmo nas áreas interdisciplinares.

Estamos a falar, a teorizar, a erguer a voz, a lembrar bell hooks (2019), "as subalternas falam, as leoas rugem, mas os ouvidos internos das Ciências Sociais [e a História] continuam [para tanto] sem [as] ouvir" (Cunha, 2015, p. 26)

(...)

Pensar interseccionalmente é, portanto, ir além dos silenciamentos, sendo também uma metodologia, que nos esforçamos para utilizar, sendo nossa aliada numa investida de descolonização do conhecimento.

(...)

Fato é que a lógica ecocida do capital, e especialmente quando em articulação com outros marcadores, é cruel antes de tudo com estas. E está, de acordo com Orozco (2021), em conflito com a vida no planeta; é heteropatriarcal, colonialista, destruidora, e se ancora numa divisão do mundo em zonas de acumulação: Norte e Sul global, centro e periferia.

Amaia Orozco (ano?), economista espanhola, debruça-se a pensar seus efeitos sobre a vida sob um viés feminista, endossando uma reflexão sobre os limites de um regime (neo)extrativista, em alusão a uma lógica de exploração da Natureza que é

Comentado [A10]: A qual noção vc não referiu

Comentado [A11]: Sugiro excluir, busque linguagem mais direta para dar maior fluidez à escrita

Comentado [A12]: Não dá para entender esta frase

Comentado [A13]: Uma necessidade para romper com as benesses. (seria isso?)

Comentado [A14]: Sugiro excluir

Comentado [A15]: Idem. Excluir

Comentado [A16]: idem

Comentado [A17]: idem

Comentado [A18]: reconhecimento do

Comentado [A19]: idem

Comentado [A20]: Sugestão: com a realização da pesquisa bibliográfica

Comentado [A21]: Indicar que o artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica com esse recorte

Comentado [A22]: Vc inicia referenciando Bell Hooks e termina citando outra autora, está confuso, sugiro rever redação

Comentado [A23]: A referência a esse objetivo tem que ser indicada na introdução do artigo

Comentado [A24]: Rever redação para ser mais direta

colonial, e de como os feminismos ensejam uma luta contra essa missão civilizatória que leva à crise emergente, à própria iminência do risco (Beck, 2011), que não podem jamais serem naturalizadas.

(...)

Dentro da lógica ecocida/biocida do capital, a violência parece ser a lógica mantenedora do *establishment*. Contra as mulheres, contra a Natureza, contra os recursos naturais e bens comuns, a favor de tudo aquilo que possa virar lucro. Pensando no espaço do rural no Brasil, a violência é ferramenta do agrocapitalismo. Tradição que vem de outrora (e remetemos aqui novamente aos nossos traços coloniais), que se reafirmou no período civil militar e se traveste atualmente em ares “pop”, que só camuflam uma exploração generalizada que afeta não só a vida das mulheres, mas a do próprio Planeta.

De acordo com o Relatório Conflitos no Campo Brasil, de 2023, realizado pela Comissão Pastoral da Terra, a CPT, no último ano ocorreram 31 assassinatos no campo, tendo vitimado brutalmente indígenas, Sem Terras, posseiros e quilombolas, homens e mulheres. De acordo com o referido estudo, mais de 50% das mortes tiveram como agentes fazendeiros e empresários, o que nos revela a face truculenta do agrocapital brasileiro. O que, diga-se de passagem, não nos é hovidade. No estado da Paraíba, por exemplo, entre as décadas de 1960 e 1980, dois mártires da luta camponesa foram assassinados pelos mesmos mandantes contemporâneos. João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, e Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande à época, lutavam por direitos trabalhistas, educação e melhores salários na região canavieira do Brejo paraibano. Eles foram assassinados a mando do latifúndio, hoje travestido de agronegócio, que de forma impiedosa e que não respeitava gênero, cor nem credo. Margarida era católica fervorosa, próxima ao trabalho das emergentes Comunidades Eclesiais de Base, que deram impulso à atuação da Teologia da Libertação na região episcopal do Brejo (França, 2020) e que se expandia na América Latina.

Os algozes de Margarida Alves não sabiam que ela viraria semente, como dizem as mulheres militantes da Marcha das Margaridas, as Margaridas, como se autointitulam. Essa marcha, realizada a cada quatro anos, de caráter perene, congrega mulheres rurais das cinco regiões do Brasil – em sua pluralidade constitutiva – em direção à capital federal. Nesse processo, temos a reivindicação, demandas e o protagonismo político das mulheres desde suas bases.

Inspiradas na paraibana Margarida Maria Alves e sua trajetória de luta e de dor, essas mulheres acionam e eternizam o nome dessa mártir que tem nome de flor. Flor, inclusive, que, junto com o chapéu de palha, adereço usado por populações do campo para se proteger da nocividade do sol em seus trabalhos rotineiros, são marcas da ação¹. Através desses símbolos, “concretizam formas de conhecimento e promovem o reconhecimento do significado emocional (e) político do ativismo” (Prévost, 2022, p. 03).

(...)

¹ Para saber mais sobre a Marcha das Margaridas, cf.: XXXXX (XXXX) (referência ausente).

Comentado [A25]: Sugiro explicitar a que se refere

Comentado [A26]: Ela (a violência) é praticada

Comentado [A27]: Sugiro substituir por bens naturais e os comuns

Comentado [A28]: Sugiro adensar esta análise, na forma atual é genérica

Comentado [A29]: Sugiro começar assim: Em nosso país a violência se intensificou...

Comentado [A30]: Sugiro excluir

Comentado [A31]: Talvez substituir a linguagem coloquial por uma referência bibliografia que indique essa conexão revelada

Comentado [A32]: Vc está tratando da violência, afirma as relações presentes e passadas com essa marca na história do país e prosegue com a luta contra a violência sem anunciar antes que há resistência e que vc abordará aquelas praticadas pelas mulheres. Sugiro fazer isso

Comentado [A33]: Rever redação há referências repetitivas

No início dos anos 2000, capitaneada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, a CONTAG, foi criada a Marcha das Margaridas em um contexto difícil, em que prevalecia o fantasma da fome e do analfabetismo especialmente nas regiões menos favorecidas do país. Em 2004 nasceu oficialmente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado de Santa Catarina.

Após esse ligeiro apanhado histórico, entendemos que as mulheres rurais iniciam o século XXI organizadas, demandando suas pautas e reivindicações e já se articulando em redes, inclusive internacionais, como a Via Campesina e a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC).

(...)

Ainda tratando das lutas feministas das mulheres do campo, três mulheres ligadas ao Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) nos trazem algumas outras contribuições teóricas, ajudando, inclusive, a rasurar uma tradição colonial dentro do conhecimento científico e acadêmico, portanto, um lugar academicamente construído para essas sujeitas e seus saberes, reforçando uma economia política do conhecimento que separa e antagoniza os sujeitos “pensantes” e os de “experiência”, reproduzindo uma relação de centro e margem, uma geopolítica do saber.

(...)

Um outro modo de se fazer feminismo rural vem do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Tendo surgido em 1983, se anuncia feminista apenas nos anos 2000. Essa declaração até certo ponto cuidadosa do Movimento se deu, segundo Michela Calaça (2021), diante de uma negação do próprio feminismo em reconhecer as mulheres populares como feministas, o que, no entanto, não significa que não “estavam a construir concretamente espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político, comunitário e familiar” (Calaça, 2021, p. 53).

smo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Comentado [A34]: O MMC é de caráter nacional, sugiro rever a referência ao estado de santa catarina

Comentado [A35]: Também em espaços autônomos dos movimentos de mulheres rurais. Sugiro ler a tese *Os movimentos sociais de mulheres rurais: a construção do sujeito feminista*, de Andree Butto Zarzar

Comentado [A36]: é parte da sua metodologia do artigo analisar entrevistas realizadas? Sobre o que versam, qual critério adotado, como foram analisadas? É preciso discorrer na introdução do artigo e retomar se for preciso aqui detalhando

Comentado [A37]: em 1983 surge o movimento estadual e não o MMC, o que pode ser afirmado é que foi no lastro da auto-organização das mulheres desde...